

# REGIMES DE VERDADE E DISPUTA DISCURSIVA: UMA ANÁLISE TRANSFEMINISTA DA NOTA TÉCNICA “COTAS PARA OS AUTOINTITULADOS TRANSGÊNEROS NAS UNIVERSIDADES”, DA ASSOCIAÇÃO MATRIA

Ronna Freitas de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** Estamos em guerra, e há muito tempo. Mentiram sobre nós, pessoas trans, em espaço médicos, acadêmicos e midiáticos. Nos organizamos. Disputamos ainda hoje as mentiras que foram e são contadas sobre nós. Produzimos conhecimento e disputamos os regimes de verdade que insistem em nos silenciar (Bagagli, 2019; Vergueiro, 2016). Contamos nossas próprias histórias. Ainda nos violentam, mas avançamos. E quando avançamos, forças conservadoras buscam nos silenciar. A Associação Matria vem produzindo material de violência política anti-trans e este trabalho é uma resposta à esta produção. Aqui, analiso parte de uma nota técnica emitida pela associação, que busca deslegitimar as lutas por cotas para pessoas trans nas universidades brasileiras. Esta análise se fundamenta em perspectivas transfeministas e nos debates sobre performatividade (Butler, 2017; 2018).

Palavras-chave: Transfeminismo. Performatividade. Feminismo transexcludente. *Terf.* Associação Matria.

## MUSEUMS AS DISCURSIVE SPACES IN THE PRODUCTION OF SCHOOL KNOWLEDGE

**Abstract:** There is an ongoing war, one that has long shaped the experiences of trans people. False narratives about trans lives have been produced and circulated across medical, academic, and media spaces. In response, trans communities have organized and continue to contest these misrepresentations. We produce knowledge and challenge the regimes of truth that attempt to silence us (Bagagli, 2019; Vergueiro, 2016). We tell our own stories, even as violence persists. As trans people advance, conservative forces intensify efforts to suppress our visibility and rights. The Associação Matria has produced materials that constitute forms of anti-trans political violence. This study responds critically to such production. It analyzes a technical note issued by the association that seeks to delegitimize demands for trans-inclusive quotas in Brazilian universities. Grounded in transfeminist perspectives and debates on performativity (Butler, 2017; 2018), the analysis examines how these narratives reinforce exclusion and contest the legitimacy of trans identities.

**Keywords:** Transfeminism. Performativity. Trans-exclusionary feminism. *TERF.* Associação Matria.

<sup>1</sup> Travesti, artista transdisciplinar e pesquisadora. Doutoranda em Letras na Universidade Federal do Paraná (Brasil), com estágio doutoral na Universidade de Coimbra (Portugal).

## Catando o campo de batalha

Sou uma travesti dos estudos da linguagem e me dedico neste trabalho a analisar uma nota técnica organizada pela Associação Matria - mulheres associadas, mães e trabalhadoras do Brasil, intitulada “cotas para os autodeclarados transgêneros nas universidades” (Matria, 2024). Fundamentada ideologicamente em discursos *terf*<sup>2</sup>, a Associação Matria afirma que seu objetivo principal é “atuar pela promoção e proteção dos direitos humanos das mulheres e meninas baseados no sexo”. Ainda de acordo com seu site oficial, a Matria se estende para onze estados brasileiros, 7 capitais e mais de 30 cidades (sem informações de quais seriam), além de sete outros países (África do Sul, Bélgica, Espanha, Estados Unidos, Hungria, Inglaterra e Suíça<sup>3</sup>).

A presença da Associação Matria em múltiplos territórios nacionais indica que não estamos diante de um fenômeno isolado, mas de uma articulação que se insere em fluxos transnacionais de circulação de discursos. Esse dado é relevante pois aponta para a necessidade de compreender o chamado *terfismo* não apenas como uma posição local, mas como parte de uma rede global de produção de sentidos, que compartilha repertórios argumentativos, estratégias retóricas e enquadramentos políticos. Nesse contexto, documentos como a nota técnica analisada funcionam como dispositivos de estabilização discursiva, organizando argumentos que podem ser replicados em diferentes contextos institucionais, acadêmicos e midiáticos.

Para iniciar este debate, caminho primeiramente por uma definição conceitual

2 Abreviação de trans-exclusionary radical feminist, ou feminista radical trans excludente. Conceitos como ‘rad-fem’, no Brasil, cumprem papel de sentido similar. De maneira geral, feministas *terfistas* se autointitulam ‘críticas de gênero’, numa busca por escapar da categorização *terf*.

3 Disponível em: [associacaomatria.com/](http://associacaomatria.com/). Acesso em 25 de jan. 2025.

do que é o discurso *terf*, aqui a partir de um olhar transfeminista, para que seja possível caminharmos em conjunto para uma análise, primeiramente mais geral da nota técnica, e na sequência, mais especificamente de um capítulo intitulado “indefinição dos beneficiários das cotas trans”. Aqui, mergulhamos em análise discursivas e pragmáticas, observando primeiramente os modos como os discursos do *terfismo* fundamentam a associação e a nota como um todo, para na sequência observar os modos como o conceito de performatividade pode nos ajudar a observar as fragilidades discursivas que compõem este trecho específico da nota.

Beatriz Bagagli nos diz que quando falamos em *terf*, estamos falando dos “conjuntos de posicionamentos feministas críticos ou hostis à inclusão de questões transgêneras no feminismo, precisamente porque descreve a adoção de um posicionamento a favor da exclusão destas questões do escopo do movimento feminista” (Bagagli, 2019, p. 24). Quando se afirma que o que envolve as experiências e demandas trans está para fora do escopo do movimento feminista, se afirma categoricamente que as corporalidades trans não compõem - ou não deveriam compor - este espaço teórico-político, e por si só, esta colocação aponta disputas no sentido próprio do que é feminismo e quais seriam as pessoas sujeitas deste movimento. E essa disputa não é meramente terminológica, mas profundamente política, uma vez que define os limites de pertencimento e exclusão dentro de um campo que historicamente se constituiu como espaço de resistência. Ao delimitar quem pode ou não ser reconhecido como sujeito do feminismo, tais discursos operam uma gestão normativa das identidades, estabelecendo fronteiras que produzem efeitos concretos na distribuição de direitos, reconhecimento e proteção social. Trata-se, portanto, de um processo de regulação discursiva que atua diretamente na materialidade das vidas.

Para embasar esta defesa, dentro dos discursos *terf* há um uso bem definido de conceitos como “mulher biológica”, “fêmea humana”, além da ideia de sexo como o campo categórico central para a defesa da ideia de que corpo teria suposto ‘direito de nascença’ de compor os debates feministas.

O antagonismo às mulheres transgêneras no feminismo é frequentemente expresso pela defesa de noções como “mulheres nascidas mulheres” (*womyn-born-womyn*), mulheres de corpo feminino (*female-bodied women*) (HALBERSTAM, 2017, p. 107) ou ainda “mulheres-identificadas mulheres” (*woman-identified women*). Tais designações são utilizadas por mulheres cisgêneras para se diferenciarem de mulheres transgêneras, sustentando o implícito de que mulheres trans não seriam mulheres “nascidas mulheres” ou não teriam um corpo considerado feminino (Bagagli, 2019, p. 26)

A utilização destes conceitos, que se voltam majoritariamente a ideias biologizantes, se fundamentam em critérios de diferenciação de natureza e cultura, ideias basilares para a fundamentação da colonialidade neste e em diversos outros territórios. Essas formulações não são apenas internas ao feminismo, mas articulam com matrizes mais amplas de pensamento. “O fenômeno que os cristãos ocidentais descreviam como “natureza” existia em contradistinação à “cultura”; ademais, era concebida como algo exterior ao sujeito humano” (Mignolo, 2017, p. 7). Para além disso, esta distinção organiza uma produção discursiva que é na cisgeneridade que a naturalidade-normalidade se encontra, e que em nós, corporalidade trans, se encontra o corpo plástico, anti-natural, inventado. Biológicos e ‘de verdade’ (homem de verdade/mulher de verdade) (Vergueiro, 2016) seriam, então, apenas os corpos cisgêneros. Essa operação discursiva estabelece uma hierarquia entre corpos considerados legítimos e ilegítimos a partir de critérios que se pretendem universais. Ao reivindicar a biologia como fundamento neutro, tais discursos ocultam os processos históricos e culturais que produziram essas

mesmas categorias, naturalizando relações de poder. Assim, o que se apresenta como descrição objetiva do mundo é, na realidade, uma forma de prescrição normativa sobre quais corpos devem ser reconhecidos como inteligíveis.

Observando as práticas político-intelectuais-discursivas transfeministas, vemos no conceito de cisgeneridade a prática de disputa pelo reconhecimento de que não é na defesa de que somos nós, transvestigêneres, também naturais, mas na própria colocação da cisgeneridade como também criada, inventada e construída.

Estas noções deterministas e essencialistas do ‘sexo’ se fundamentam numa ideia falseada de biologia neutra, como cientificamente comprovada a partir de pura observação não ideológica, fundamentos já ultrapassados nos campos das ciências humanas e sociais. Contudo, ainda fundamentadoras de práticas de campos mais conservadores.

### Catando as intenções

Em 2018, a Universidade Federal do Sul da Bahia se torna a primeira IES a aprovar cotas trans na graduação<sup>4</sup>. Em 2023, a deputada federal Erika Hilton propôs Projeto de Lei que previa reserva de 5% de vagas em instituições de ensino federais para pessoas trans<sup>5</sup>. Hoje, há em média 38 IES com aprovação de cotas trans na graduação no Brasil, e este número está crescente. Em setembro de 2024, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais lançou uma Nota Técnica sobre ações afirmativas para pessoas trans no ensino superior (Antra, 2024), em que propunha diretrizes para a aplicação

4 Disponível em: [andes.org.br/conteudos/noticia/unB-e-a-18a-universidade-publica-a-adotar-cotas-para-pessoas-trans-na-graduacao1#](https://andes.org.br/conteudos/noticia/unB-e-a-18a-universidade-publica-a-adotar-cotas-para-pessoas-trans-na-graduacao1#). Acesso em: 30 jan. 2025

5 Disponível em: [cartacapital.com.br/politica/erika-hilton-propoe-cotas-para-pessoas-trans-nas-universidades-federais-e-um-resgate-da-cidadania/](https://cartacapital.com.br/politica/erika-hilton-propoe-cotas-para-pessoas-trans-nas-universidades-federais-e-um-resgate-da-cidadania/). Acesso em 30 jan. 2025

de políticas de enfrentamento à transfobia nos espaços acadêmicos.

Desde 2020, há uma organização em bloco nacionalmente posta, em que políticos de direita e extrema direita vêm protocolando projetos de lei anti-trans em diversas casas legislativas brasileiras, municipais, estaduais e federais, com textos e justificativas idênticas (Oliveira, 2022). Além disso, percebe-se que há, pelo menos desde 2018, um levantamento discursivo conservador que vem colocando as questões trans como ponto chave principalmente na disputa eleitoral, assim como em proposições legislativas. A política anti-trans é, na atualidade, a fonte de aliança conservadora global. Este movimento não se restringe ao campo institucional, mas se articula fortemente com dinâmicas comunicacionais contemporâneas, especialmente em ambientes digitais, onde discursos assim são amplificados e circulam com rapidez. A produção de documentos como a nota técnica analisada pode ser compreendida, portanto, não apenas como intervenção pontual, mas como parte de uma ecologia midiática mais ampla que sustenta e legitima agendas políticas excludentes.

Em novembro de 2024, é lançada a nota técnica já citada produzida pela Associação Matria, também acerca de cotas trans no ensino superior. Com prováveis intenções de organizar material que supostamente desse subsídio para o impedimento de aprovação de cotas trans em outras IES brasileiras. A nota técnica possui problemas metodológicos e conta com falta de fontes e dados de confiabilidade. Há desonestidade na organização argumentativa, principalmente quando se afirma que não há dados oficiais sobre pessoas trans no Brasil, quando há, até então, uma recusa estatal em realizar levantamento destes dados.

Organizações trans nacionais e internacionais se responsabilizaram, há quase uma década, por realizar levantamento de dados de violência e morte da população trans, assim

como dados mais localizados sobre (falta de) acesso à saúde e educação. Estes são os únicos dados possíveis hoje de serem utilizados para se demandar por produção de políticas públicas específicas, ou deveríamos nós esperar a boa vontade de um Estado que é corresponsável pela violência e exclusão que sofremos? A produção autônoma de dados por organizações trans supre uma lacuna estatal, e também constitui uma forma de resistência epistemológica. Ao produzir conhecimento sobre nós mesmas, essas organizações desafiam o monopólio institucional da verdade e reivindicam legitimidade como produtoras de saber. Nesse sentido, a disputa não é apenas por políticas públicas, mas também pelo direito de definir quais conhecimentos são válidos e quais experiências são dignas de serem registradas.

E enquanto seguimos com esta recusa estatal, continuamos no trabalho de contar os corpos das pessoas assassinadas, em defesa de suas memórias, e produzindo dados sobre as nossas realidades, com a defasagem e as dificuldades que o próprio contexto produz, e que também lutamos contra.

### **Primeiro ataque**

Numa tentativa de caminhar aos poucos, gostaria de iniciar analisando o título da nota, pensando em como há uma construção discursiva presente ali, numa negativa da autonomia de produções performativas de linguagem para nós pessoas trans, constituindo uma ideia de falseabilidade de identidades trans, ao mesmo tempo que há uma produção de linguagem performativa ao buscar dizer o que somos. Passamos, na seção anterior, por um trajeto de observar alguns modos pelos quais a ideia de cisgeneridade vai se constituindo como a naturalidade do ser, que fundamenta ainda uma ideia de que o sexo é, em essência, o que nos compõem, e é inescapável.

A matriz da inteligibilidade do gênero proposta por Butler (2017) vai se fundamentar principalmente no reconhecimento de uma constituição cultural linear entre sexo, gênero e desejo. É quase como um continuum mulher=buceta+homem=pau, em desejos de complementaridade fisiológica-sexual, de função social e desejo subjetivo de futuro compulsoriamente definido. E é nessa constituição de inteligibilidade e na repetição dela que se organizam as práticas sociais que são reconhecidas como possíveis, e as que estão fora dos muros da possibilidade do reconhecível.

A identidade de pessoas trans em nosso território é definida pelo critério de autodeterminação, que passa pela autonomia de declarar de maneira autônoma sua própria identidade de gênero. Isso não exclui processos de inteligibilidade da transgeneridade de maneira heteroidentificada, mesmo que esse processo heteroidentificador não seja critério de validação deste campo identitário.

O título da nota carrega sentidos, como já afirmado anteriormente, que produzem ideias de que mentimos sobre quem somos, quase como se não fossemos capazes de dizer quem somos. Em “Cotas para os autodeclarados transgêneros nas universidades”, percebemos primeiro uma escolha pelo uso do masculino de maneira estrategicamente posta: pessoas trans não são apenas travestis e pessoas transfemininas, mas há um uso que busca comunicar que somos nós, travestis e pessoas transfemininas, na verdade homens. Há um uso possível da sentença como “cotas para autodeclarados transgêneros nas universidades”, sem que a marcação pronominal masculina apareça antes do substantivo “transgêneros”, o que faz significar que esta escolha de marcação pronominal carrega consigo estes sentidos de falseabilidade que discuti acima. Este não é um uso de masculino genérico, mas sim um uso de masculino marcado. E isso parece fazer ainda mais sentido, quando penso

que foi um movimento ativo o da adição de pronome masculino neste espaço da sentença, quando na ficha catalográfica este pronome não aparece. Este tipo de operação discursiva não se apresenta de maneira isolada, mas compõe um repertório mais amplo de estratégias linguísticas que atuam na produção de suspeição sobre identidades trans. Ao marcar linguisticamente e discursivamente a transgeneridade como algo duvidoso ou não plenamente legítimo, o discurso participa ativamente da sua construção, reiterando hierarquias de reconhecimento. Assim, a linguagem não é aqui um meio neutro, mas um campo de disputa no qual se decide quem pode ou não ser inteligível como sujeito.

Para além disso, quando há, na produção do título dessa nota, o uso de “autodeclarados”, o sentido produzido é distinto da ideia de autodeterminação autônoma debatida acima. Este uso carrega sentidos de que somos nós quem nos dizemos assim, mas que este parece ser um delírio individual. Esse tipo de construção discursiva opera por meio de uma estratégia de deslegitimação que desloca a identidade do campo do reconhecimento social para o campo da suspeição individual. Este discurso produz um efeito de desconfiança generalizada, que recai exclusivamente sobre sujeitos trans. Tal operação não é aplicada de maneira simétrica a outras identidades sociais, o que evidencia seu caráter seletivo e politicamente orientado. Ou seja, ao ler o título da nota, já se acionam diversos campos discursivos *terf*. Esta introdução de análise do título serve como um caminhar inicial para, a partir de agora, iniciarmos uma análise mais específica do capítulo “indefinições dos beneficiários das cotas trans”.

## Segundo ataque

No capítulo em específico da nota intitulado “indefinições dos beneficiários das cotas trans”, há uma tentativa de produção desta

afirmação a partir de movimentos comparativos com cotas étnico raciais. Este movimento argumentativo é de extrema desonestidade intelectual. Como a própria nota afirma, desde 1872 o estado brasileiro se dedica a coletar dados censitários sobre questões raciais no país. Em contrapartida, até hoje o Brasil não coleta dados sobre a população trans brasileira.

A própria recusa estatal na coleta destes dados significa uma recusa do reconhecimento de que compomos a população deste país. Além disso, reconhecemos que há defasagem nos dados produzidos pelas associações, pois há considerável dificuldade na realização desta coleta em relação a violência e morte, já que existem práticas sistemáticas familiares de, mesmo após a morte, se negar enterro com nome adequado. Aprofundando, há ainda uma realidade que produz afastamento compulsório de pessoas trans de diversos espaços de circulação social e de atendimento convencional ao público (espaços educacionais, de saúde e lazer), o que impede um registro mais bem fundamentado de dados.

Ainda, muitas de nós, que vivemos em espaços informais de trabalho, principalmente prostituição, apenas abandonamos nossos nomes e documentos, e vivemos em completa marginalização social, dificultando mais ainda registros institucionais de nossas existências.

Há inconsistências de informações. A nota afirma que é apenas a partir dos anos 2000 que se apresentam organizações específicas de pessoas trans. Contudo, a primeira organização exclusiva de pessoas trans no Brasil, a Astral, foi fundada em 1992 (Silva, 2021), por Beatriz Senegal, Josy Silva, Cláudia Pierry-France, Jovanna Baby, Elza Lobão e Monique du Bavieur, o que demonstra por si só uma mobilização anterior já existente, pois não se funda uma entidade do zero. Além disso, há de se reconhecer que todo o processo de expulsão escolar, familiar e o alijamento social intenso

produziu um processo de marginalização de nossa comunidade, e que foi na prostituição que nos organizamos para sobreviver.

Se éramos alijadas socialmente de maneiras tão profundas, que éramos impedidas de circular durante o dia, a pergunta que fica é, de que forma comprávamos o que comer, beber, remédio e o que vestir? O processo de expulsão social de pessoas trans, principalmente de travestis, gerou um universo paralelo de circulação, inclusive financeira. Tínhamos condição de nos organizarmos na criação de um mundo fundado nas sombras, para sobreviver e acessar o básico com mínima dignidade. Se isso não é organização social, não tenho condições de dizer o que seria.

Quando a história, e a própria historiografia oficial, faz questão de esconder fatos importantes que constituíram a memória e a vida de determinados grupos, compreendo que a sensação que se produz no imaginário é de que essas pessoas não existiam. A afirmação de que não nos organizávamos é inconsistente, para além de ser fundamentada em bases transfóbicas, carregadas de apagamento, invisibilização e compreensão de incapacidade e autonomia. Não é apenas organização social as burocraticamente registradas. Há, portanto, uma disputa pelo próprio reconhecimento do que conta como existência social válida. Ao desconsiderar formas não institucionalizadas de organização, o discurso analisado reforça uma lógica que privilegia determinados modos de vida e invisibiliza outros, reiterando desigualdades históricas no acesso à cidadania e à memória.

### **Terceiro ataque**

Por fim, chegamos na discussão mais específica sobre a performatividade. Os debates acerca da performatividade são fundamentais para os estudos de gênero contemporâneos. É

esse um dos pontos fulcrais na defesa e definição do campo do gênero como um campo que debate produções culturais, sócio-historicamente localizadas, se colocando distante de um campo determinista-essencialista. Butler nos diz que é na produção artesanal da corporalidade que vamos demarcando e produzindo localidades específicas no campo já dado do gênero:

o gênero, ao ser instituído pela estilização do corpo, deve ser entendido como a maneira cotidiana por meio da qual gestos corporais, movimentos e encenações de todos os tipos constituem a ilusão de um “eu” generificado permanente (Butler, 2018, p. 3).

A partir dessa perspectiva, torna-se evidente que todas as identidades são efeitos de práticas reiteradas, e não expressões de uma essência anterior. No entanto, o discurso analisado opera uma exceção, que reconhece a performatividade como característica das identidades trans, mas insiste em atribuir essencialidade às identidades cisgêneras. Essa assimetria revela o caráter ideológico da argumentação, que seleciona quais identidades podem ser compreendidas como construídas e quais devem permanecer naturalizadas. Sendo assim, diferentemente do que a nota pretende afirmar, as autodeclarações trans não são do campo de uma suposta linguagem constativa de Austin, que se pode responder em verificabilidade, mas sim performativa, constituidora do corpo, e reconhecível por práticas sociais específicas. Nesse sentido, a crítica posta revela menos uma preocupação com critérios de validação e mais uma recusa em aceitar a própria lógica performativa que estrutura todas as identidades sociais. Ao negar essa dimensão, o discurso essencialista busca fixar o sujeito em categorias estáveis, desconsiderando os processos históricos, culturais e linguísticos que constituem qualquer identidade.

Além disso, a fundamentação essencialista

*terf* envia a própria condição epistemológica de percepção da constituição variável e não homogênea da identidade. Quando se afirma que a identidade travesti se transforma com o percurso da história, utilizando este critério como um critério de deslegitimação de identidade, se apaga discursivamente que há, sem exceção, transformações históricas e territoriais de todos os campos de identidade. Mas, para além disso, há desconhecimento histórico dos próprios percursos constituidores da identidade travesti no Brasil, que se localiza documentalmente pelo menos desde a década de 60 com esta nomenclatura, quando de registros policiais em perseguição ditatorial.

É na repetição de atos de fala que se constitui a produção e manutenção dos sentidos, que se fundamentam em discursividades já existentes e vão se articulando com outros campos diversos de sentido.

Se o fundamento da identidade de gênero é a repetição estilizada de atos no tempo, e não uma identidade aparentemente homogênea, existem possibilidades de transformar o gênero na relação arbitrária entre esses atos, nas várias formas possíveis de repetição e na ruptura ou repetição subversiva desse estilo (Butler, 2018, p. 3)

Na nota, o campo dos estudos de gênero é questionado como um campo que defende identidade instáveis e categoricamente mal definidas. Contudo, esta afirmação faz sentido quando o chão que se pisa é o chão da homogeneidade. Os estudos culturais já se colocam há anos em reflexões sobre a não fixação da identidade como um fato importante de ser observado. “A identidade só se torna uma questão quando entra em crise, quando algo que se imagina fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (Mercer, 1990, p. 43, tradução minha).

Mesmo com a não inclusão das experiências transfemininas, a mulheridade

também é um campo bastante plural em sentidos. Mesmo que haja a tentativa de afirmar que é na presença de útero e buceta que se constitui a mulheridade, esse fato produz ideias universalistas que colocam ou em segundo plano ou em apagamento completo experiências plurais destas corporalidades diversas que compõem esta categoria.

Uma coisa, porém, é usar o termo e estar ciente de sua insuficiência ontológica. Outra coisa muito diferente é articular uma visão normativa no âmbito da teoria feminista que celebre ou emancipe uma essência, natureza ou realidade cultural comum impossível de ser encontrada (Butler, 2018, p. 15)

Por fim, de maneira geral defendo aqui que há uma recusa, para além da recusa do reconhecimento das experiências trans como experiências em vulnerabilidade, da própria produção performativa da linguagem na constituição dos sujeitos do mundo, seus corpos e identidades. A não congruência completa com as experiências da negritude com os processos de vulnerabilidade e de reconhecimento de identidade não é uma falta, mas sim apenas parte do processo de reconhecimento das pluralidades do ser.

Internamente, dentro dos campos étnico raciais de ações afirmativas, há variabilidade. Pessoas negras são reconhecidas nesses processos, em bancas de heteroidentificação, a partir de critérios fenotípicos, mas isso não acontece com pessoas indígenas. Vão se produzindo critérios variáveis para experiências variáveis, e é isto que nós, pessoas trans, estamos fazendo na atualidade quando pensamos em métodos para verificabilidade em bancas de heteroidentificação.

A produção performativa autodeclaratória não é esvaziada. Há critérios de verificabilidade possíveis, sejam corporais, de trajetória de vida ou ainda de documentação (que são, também,

performativos).

Indiscutivelmente, a Associação Matria se articula com campos conservadores e fundamentalistas, não só em um campo político, mas também discursivo e epistemológico. A negação das produções de ciências humanas, seja a negação dos estudos da performatividade ou dos estudos de gênero de maneira mais ampla, é apenas mais um ponto de articulação.

Somos perseguidas desde que este território se torna Brasil. Mas, diferente de todos os momentos históricos anteriores, hoje temos condição de responder à altura, com a mesma linguagem, ainda que sem abandonar a nossa.

## **Fechando o babado**

Para finalizar, vamos passear brevemente por tensões ético-político-epistemológicas que têm se constituído mais fortemente na contemporaneidade entre o que vamos reconhecer como “estudos de gênero” e a produção *terf* autoidentificada como “crítica de gênero”. A corrente chamada no Brasil de feminismo radical ganha força acadêmica na década de oitenta, com debates importantes feitos principalmente por lésbicas-feministas. Décadas antes, os debates feministas já se articulavam academicamente pelo menos desde a década de 50.

Neste momento, ainda fundamentando os debates a partir da ideia de sexo (mesmo que já olhando para processos principalmente de função social), as articulações epistemológicas feminista passam a produzir comparações entre o conceito de sexo com um novo conceito que surgia no horizonte, que era o conceito de gênero. Ainda na década de oitenta, os debates diferenciadores de sexo e gênero, numa base natureza X cultura se articulavam quase que hegemonicamente, até que os debates pós-estruturalistas começam a questionar a

“naturalidade” do conceito de sexo, e começa a se perguntar, principalmente com Butler, se sexo e gênero são de fato categorias tão distintas.

A aproximação conceitual entre sexo e gênero cria uma tensão epistemológica com campos de debate feminista que definem o sexo (enquanto um componente fisiológico) como a fonte primária das violências contra os corpos marcados como “fêmea” (aqui fêmea como conceito com usos próprios do campo *terf*), e produz uma recusa da validação do conceito de gênero. Sendo assim, os campos de discussão feminista radical trans excludente se colocam fora - ao mesmo tempo que seriam também colocados fora - dos estudos de gênero.

Importante a ressalva de que os campos dos estudos de gênero não são campos de apagamento do que é biológico, mas é campo do reconhecimento de que há, na biologia, produção discursiva e cultural, e que não há neutralidade neste campo de análise.

Busco finalizar com estes pontos pois há uma tentativa *terf* em autointitular-se materialista e reconhecadora da verdade, num tom bastante racionalista-iluminista-universalizador, sendo que há uma recusa acadêmica consistente das presenças de discursos *terf* em debates acadêmicos acerca de violência de gênero. Na prática, mesmo que se disfarcem bem em boa parte do tempo, este grupo não passa de um coletivo conservador, que se articula com discursos fundamentalistas, que no fim das contas, luta inclusive contra a própria vida das mulheres. Além disso, ao se apropriar de uma linguagem de defesa de direitos, esse campo discursivo produz uma inversão retórica que busca legitimar práticas excludentes como se fossem formas de proteção. Tal movimento é característico de contextos de crise democrática, nos quais categorias como “direitos” e “proteção” são mobilizadas de maneira estratégica para sustentar projetos políticos que, na prática, restringem o acesso à cidadania.

Nesse cenário, a análise crítica desses discursos torna-se fundamental para compreender como a linguagem atua na produção e manutenção de desigualdades. Ao se inserir no campo da comunicação política contemporânea, esse tipo de produção discursiva coloca em funcionamento as disputas epistemológicas que se materializam em práticas concretas de exclusão. Mais do que um embate teórico, trata-se de uma disputa sobre quais vidas são reconhecidas como dignas de existir, de narrar a si mesmas e de acessar direitos fundamentais.

## Referências

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Nota técnica sobre ações afirmativas para pessoas trans e travestis e o enfrentamento da transfobia no contexto da educação superior. Brasil: Antra, 2024.

BAGABLI, Beatriz Pagliarini. Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2019.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Cadernos de leitura, n. 78., 2018.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MATRIA - Associação de Mulheres, Mães e Trabalhadoras do Brasil. Nota Técnica: Cotas para os autoidentificados transgêneros nas universidades. Brasil: Matria, 2024.

MERCER, Kobena. Welcome to the jungle. In Rutherford, J. (org.). Identity. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32., n. 94., 2017.

OLIVEIRA, Ronna Freitas de. *Delírios conservadores + fundamentalistas: cisnormatividade, linguagem e educação*. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

SILVA, Jovanna Cardoso. *Bajubá Odara: resumo histórico do nascimento do movimento social de travestis e transexuais do Brasil*. Picos: Jovanna Cardoso da Silva, 2021.

VERGUEIRO, Viviane. *Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial*. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016.

**Submissão: abril de 2026**

**Aceite: abril de 2026**